

Discurso do Ministro Paulo Renato Souza na cerimônia de posse dos dirigentes do Ministerio da Educação, em 5/1/98.

Em primeiro lugar, quero registrar a minha imensa satisfação por estar hoje, neste ato, reinaugurando um período de governo como Ministro da Educação. Eu realmente quero dizer que esses últimos quatro anos, no Ministério, foi um período de muitas realizações. Vejo que temos o reconhecimento da sociedade brasileira, pelo avanço que conseguimos, não apenas nós no Ministério, mas a administração do Presidente Fernando Henrique, na área da educação, contando com a inestimável colaboração do Congresso Nacional, para que pudéssemos realizar as reformas institucionais necessárias. Quero aproveitar a presença dos parlamentares neste ato para expressar o meu enorme reconhecimento por tudo que nós conseguimos alcançar no período 95/98 em matéria de reformas na área da educação.

Não quero, nesse momento, deter-me em um balanço do que foi realizado. Tomamos a liberdade de distribuir a todos, dois textos: um artigo, complementado com dados, que publiquei no jornal "Estado de São Paulo" sobre o que fizemos no ensino superior; outro, publicado no jornal "Folha de São Paulo" fazendo um balanço de todas as atividades realizadas no período 95/98. Mais importante é aproveitar a presença de todos para delinear as diretrizes para os próximos quatro anos. São, ainda, idéias que têm de ser amadurecidas pela nossa equipe. Nós teremos um retiro essa semana para, justamente, poder amadurecê-las, detalhá-las.

Estas idéias foram discutidas durante a campanha a eleitoral e fazem parte do programa do segundo governo do presidente Fernando Henrique. Portanto, são propostas que nós temos que colocar em prática nesses próximos quatro anos.

Se fosse resumir qual foi o foco do primeiro mandato e qual será o desses próximos quatro anos, diria que nesses quatro anos que passaram a nossa atenção esteve voltada basicamente para a criança, para a educação fundamental. Todas as principais ações que desenvolvemos foram no sentido de ampliar o atendimento e melhorar a qualidade da educação fundamental. Nesse segundo período, o nosso foco central será o jovem. O jovem que chega ao ensino médio, que precisa de uma profissionalização, tanto no nível médio como no nível superior. Esta será a parcela da população que vai merecer uma

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

atenção muito especial por parte do Ministério da Educação.

Entretanto, não podemos nos descuidar, obviamente, do que já foi feito no ensino fundamental, ampliar o que fizemos em relação à educação infantil, à educação indígena, à educação especial, porque são áreas onde houve avanços importantes, onde temos já várias políticas consolidadas, mas é preciso um pouco mais de tempo para fazer com que esses avanços amadureçam de forma definitiva. Por isso, no ensino fundamental, a nossa atenção continuará sendo no sentido de zelar pela implementação efetiva e eficiente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Este será o nosso principal objetivo. Precisamos fazer com que a implantação do Fundo, que já em 98 apresentou resultados importantes, tenha continuidade e seja realmente conduzida para produzir os benefícios esperados para a valorização do magistério e para a melhoria da qualidade da educação. Portanto, teremos que desenvolver ações de avaliação, de acompanhamento no sentido de que o Fundo cumpra totalmente seus objetivos.

Da mesma forma, outras ações que foram iniciadas no período anterior deverão ter continuidade, uma continuidade no sentido de garantir a sua permanência, a sua efetiva institucionalização. Refiro-me especificamente aos programas como o "Dinheiro Direto na Escola" que, aliás, já foi objeto de uma medida provisória, para fazer com que passe a ser algo já institucionalizado na legislação, que não dependa mais de convênios, mas seja algo que o Ministério faça automaticamente, com critérios e procedimentos definidos em lei. Da mesma forma, a descentralização da merenda escolar, um programa exitoso, iniciado no governo do presidente Itamar Franco e que continuamos e ampliamos significativamente nesse período, também deixará de depender de convênios, com repasses automáticos e a fiscalização descentralizada.

Trataremos de continuar zelando pela implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, promovendo debates com todos os professores e dirigentes interessados. Daremos continuidade ao programa de "Avaliação do Livro Didático", assim como aos programas complementares que têm a ver com o ensino fundamental, como o programa de "Aceleração da Aprendizagem" e o de "Educação de Jovens e Adultos".

No âmbito da Secretaria de Educação a Distância, o programa TV Escola, que já é um êxito consolidado, não apenas terá sua continuidade assegurada, como buscaremos o aperfeiçoamento didático-pedagógico dos conteúdos dos

programas transmitidos. Temos que desenvolver e ampliar o programa de informatização das escolas, especialmente cuidando, agora, de algo importante que é a questão do desenvolvimento de materiais pedagógicos, de softwares educacionais, para que possam ser utilizados tanto nas escolas de primeiro como nas de segundo graus.

Precisamos, ainda, na área do ensino fundamental, avançar mais, algo a que teremos que dar grande ênfase: programas de formação e de qualificação de professores. E aqui teremos que atuar, especialmente, junto com os estados mas também com as universidades, para desenvolver em todo o Brasil, programas amplos de formação de professores no sentido de eliminar, definitivamente, a figura do professor leigo, que já vem sendo reduzida, mas que precisa ser totalmente eliminada e, ao mesmo tempo, passarmos a cuidar da elevação da qualificação do magistério, buscando alcançar o objetivo fixado pela LDB, da formação dos professores do ensino de 1^a a 4^a série em nível superior. Nesse sentido, estamos desenvolvendo ações para a assinatura de um convênio com a Fundação Darcy Ribeiro, cumprindo um compromisso que eu assumi com o saudoso senador, no sentido de que desenvolvêssemos um curso a distância para formação de professores em nível superior, um curso normal a distância . Este curso será desenvolvido pelo Ministério e será colocado à disposição dos estados e dos municípios para que eles o utilizem nos seus programas normais de formação de professores.

Entramos, então, no que deverá ser a novidade da nossa ação no sentido da prioridade: a questão da educação dos jovens. Na área do ensino médio, deveremos este ano começar a implementar a reforma que foi definida no ano passado. Trata-se de uma reforma extremamente ambiciosa, moderna, um reforma que incorporou o que há de mais avançado em várias experiências que estão sendo realizadas no mundo inteiro e que, entretanto, não é cópia de nenhum modelo. É um modelo desenvolvido a partir de amplo debate realizado por todo o setor educacional brasileiro, com a participação muito intensa das secretarias estaduais, debate que realizamos durante praticamente dois anos, iniciando com um seminário que realizamos em cooperação com a Secretaria de Educação de São Paulo, mas com uma grande participação das demais secretarias estaduais de educação. Definimos uma reforma, que foi levada ao Conselho Nacional de Educação. O Conselho continuou o processo de discussão com especialistas da área de educação e, finalmente, aprovamos a reforma que deverá começar a ser implementada em 99. Portanto, a grande tarefa que se inicia agora será implementar essa reforma, junto com os estados, pois, obviamente, não é o governo federal que vai fazê-la, cabendo-

nos, no entanto, estimular e apoiar as iniciativas estaduais.

É algo inovador, porque é uma reforma que trata de ajudar os jovens a definir a sua própria educação. Trata de ajudar os jovens a encontrar-se na vida e a buscar as alternativas para o que irão fazer após o ensino secundário. O secundário, até agora, era, basicamente, uma espécie de "marcapasso", digamos assim, um tempo de espera entre o ensino fundamental e o ensino superior e que agregava muito pouco em termos de conhecimento. Isso está comprovado pelas nossas pesquisas. O ensino médio tem que ser um ensino que abra horizontes para o jovem. Que ajude o jovem a encontrar a sua vocação, se ele vai buscar o seu aperfeiçoamento na universidade, se no curso técnico ou se vai diretamente para o mercado de trabalho. O ensino médio tem de abrir todas essas possibilidades e não fechar portas como até agora acontecia, uma vez que, praticamente, apenas servia para preparar o aluno para o vestibular.

Essa reforma é muito ambiciosa, exigirá muito dos sistemas, exigirá muita qualificação dos professores e, portanto, demandará muito esforço do Ministério e das secretarias estaduais de educação, que serão as principais responsáveis pelos rumos dessa reforma.

Acho que o fato de termos um ensino médio que consideramos deficiente, não pode nos servir de desculpa para não ousar com uma reforma ambiciosa. Nós temos de ter um ensino médio de primeiro mundo, porque é neste nível de ensino que vamos realmente dar a resposta que a juventude espera do sistema educacional. E, portanto, a implementação da reforma do ensino médio é a chave da nossa estratégia nos próximos quatro anos. Como já lembrei, isso não será feito apenas pelo governo federal, deverá ser feito em coordenação com os estados, que são, pela própria LDB, os responsáveis pela gestão do ensino médio. Eu acho que todos nós que temos alguma familiaridade com o que ocorre no ensino médio em nosso país, nos damos conta do gigantismo dessa tarefa. Nós temos que nos atirar a ela com toda a determinação.

Mas temos outro desafio no ensino médio, também, algo muito importante. Juntamente com a reforma curricular será preciso assegurar a expansão da capacidade de matrícula do sistema. Tivemos, no período de 95 a 98, um início de explosão da matrícula: um crescimento da ordem de 40% em quatro anos, o que é uma excelente notícia mas também uma má notícia. uma excelente notícia porque significa que estamos melhorando, certamente, o desempenho do ensino fundamental: há mais jovens concluindo o ensino

fundamental. É uma boa notícia porque significa que a juventude está entendendo a importância da educação e querendo mais educação. É uma má notícia, no entanto, porque isto significa pressões e problemas sobre o sistema educacional que temos que resolver. Não podemos esperar que com uma expansão da matrícula de 40% em quatro anos, não haja problemas de falta de vagas aqui e ali, de falta de escolas. Vai haver pressão da sociedade mesmo, mas isso é algo que reflete uma melhoria do sistema educacional e é assim que devemos encará-la. Temos que encarar essa pressão por esse lado positivo, mesmo sabendo que isso nos causará problemas sérios. O governo federal está negociando um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para, mediante adequada contrapartida dos estados, colocar recursos novos à disposição dos sistemas estaduais para as ações de ampliação de rede, instalação e melhoria de laboratórios e bibliotecas, e qualificação de docentes. Um aspecto extremamente importante dessa expansão física é que precisamos começar a criar espaços próprios para a escola de ensino médio, para a escola destinada à jovens e à jovens adultos. É preciso que essa escola tenha identidade própria e deixe de ser apenas uma "inquilina" dos prédios do ensino fundamental

Na área do ensino técnico, a reforma já se iniciou. Hoje, dia 5/1/99, o presidente Fernando Henrique fez uma menção a essas prioridades do governo nos próximos quatro anos: ensino médio e ensino técnico. Em 1998 começamos a implantação da reforma da educação profissional, que consistiu, basicamente, em dois ou três aspectos importantes. O primeiro deles: a separação do ensino médio e do ensino técnico. Isto vem permitindo - e irá permitir, cada vez mais - uma maior democratização do acesso ao ensino técnico. Até então, as únicas pessoas que podiam ter acesso ao ensino técnico eram aqueles jovens que, aos quinze anos de idade, tivessem feito a opção de participar de um exame de ingresso extremamente competitivo para, uma vez admitidos, seguir um curso integrado de quatro anos, ao fim do qual teria o diploma de técnico de nível médio em alguma especialidade. Um jovem que não tivesse passado nesse "vestibulinho", ou que tivesse já concluído o segundo grau não teria a chance, a oportunidade de obter o diploma de técnico de nível médio. Agora ele pode, porque o curso técnico é complementar ao médio. O aluno que frequenta o curso técnico, pode estar matriculado em uma escola de ensino médio ou já o ter concluído, mesmo pela via do supletivo. Este é o primeiro fator muito importante que, certamente, é um fator de democratização e de ampliação do acesso.

O segundo aspecto é a flexibilização curricular. Antes, o jovem entrava em um

curso técnico, de uma determinada especialidade, e devia cumprir o currículo integral daquele curso técnico para obter o seu diploma. Hoje ele pode cumprir módulos para completar a carga horária que lhe dará uma habilitação certificada, ir para o mercado de trabalho e voltar amanhã, para obter uma segunda e uma terceira habilitação, sem começar o curso de novo, apenas complementando o currículo e a carga horária necessárias, até atingir a qualificação correspondente ao diploma de técnico. Isto está de acordo com o que ocorre no mercado de trabalho, com o extremo dinamismo com que o mercado de trabalho muda suas exigências, tanto em razão das mudanças nas técnicas de produção, como da mobilidade setorial e geográfica da indústria. Isto é o que viabilizará, na área do ensino técnico, a idéia da educação permanente, da educação recorrente, que é o que há de mais moderno em matéria de educação profissional.

No que se refere à expansão da educação profissional, já tivemos em 98, e haveremos de continuar ainda mais, a manifestação de um interesse crescente de entidades da sociedade civil, de estados e mesmo de alguns municípios, para que façamos parcerias para a expansão do ensino técnico. Essas parcerias significam que o governo federal realiza o investimento inicial em instalações e equipamentos, com a condição de que essas entidades se responsabilizem pela manutenção e gestão da escola. Tivemos, no final do ano, assinaturas de convênios importantes com entidades sindicais, tanto patronais como de trabalhadores, como a CUT e a CGT, com federações de indústrias, criando escolas técnicas. E a idéia é exatamente essa: não se trata de expandirmos a rede de escola técnicas federais, em matrículas de alunos sim, mas não em número de escolas, mas de expandir a rede de ensino técnico em parceria com estados, municípios e com entidades da sociedade civil. Este esquema, portanto, terá continuidade. Temos os recursos já aprovados para isso, temos financiamento do Banco Interamericano, com contrapartida do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho. Portanto é algo que apenas temos que dar continuidade e expandir aquilo que já está sendo feito.

Na área do ensino superior fizemos muitas coisas, mas temos que terminar de fazer a reforma. Terminar de definir, inclusive, alguns mecanismos legais para permitir a reforma completa do sistema de ensino superior. Eu queria dizer que nós temos de alcançar, nesse próximo período de quatro anos, um equilíbrio maior entre pesquisa, ensino e extensão. Mas, especialmente, vamos tomar aqueles aspectos que podem ser objeto da ação e da política do Ministério, que são a pesquisa e o ensino. Na área da pesquisa, acho que há

hoje, e estamos trabalhando nisso, um excelente nível de entendimento entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia, no sentido de coordenar as nossas ações para maximizar o benefício da pesquisa para o nosso país.

Ontem o ministro Bresser Pereira, ao tomar posse, deixou muito claras essas diretrizes, esses objetivos, e nós haveremos de trabalhar em conjunto porque, na verdade, quem faz a maior parte da pesquisa nesse país são as universidades, especialmente as públicas. Também do ponto de vista do financiamento, precisaremos desse entrosamento maior entre as duas áreas, sobretudo em uma época de escassez de recursos. Isto nós haveremos de conseguir, fazendo com que a pesquisa realmente passe a ter maior relevância para os interesses do país, como disse o ministro Bresser ontem (4/1/99), e que seja uma pesquisa compatível com o mundo globalizado em que estamos vivendo. Acho que o que nós já fizemos em matéria de avaliação da pós graduação vai claramente nessa direção.

Na área do ensino de graduação diria que nós temos que passar a nos preocupar muito mais, coisa que talvez tenha sido relegada a um segundo plano no passado. Quando falamos da universidade, falamos de pesquisa e, poucas vezes, nos preocupamos com o ensino. Quando pensamos, por exemplo, no entrosamento da universidade com o setor produtivo, pensamos nos empresários que vão demandar a pesquisa ou que vão financiar a pesquisa, pensamos sempre no entrosamento da universidade com o setor produtivo do ponto de vista da pesquisa, mas nunca pensamos do ponto de vista do ensino. Nós nunca reunimos os chefes dos departamentos de recursos humanos das empresas para pensar, para perguntar, o que eles esperam das universidades, das faculdades. Nunca fizemos esse entrosamento do ponto de vista do ensino, e nós temos que fazer isso também. Temos, portanto, que promover um verdadeiro equilíbrio entre ensino e pesquisa. Temos que dar ênfase na questão do ensino, à expansão com qualidade. E, aqui, haveremos de dar continuidade aos processos de avaliação do ensino superior, que a SESu e o INEP vem conduzindo, e melhorar o nosso sistema de informações educacionais no ensino superior, que ainda é deficiente, para podermos ter mais segurança nos avanços que temos que realizar no ensino superior.

com essa preocupação central, de perseguir este equilíbrio entre ensino e pesquisa, algumas ações pontuais, instrumentais, precisam ser desenvolvidas. Estas ações devem ter a preocupação central de deslocar o foco das preocupações da universidade, do professor para o aluno.

Em primeiro lugar, cuidar do acesso ao ensino superior. O acesso já está mudando, o vestibular tradicional não é mais a única forma de ingresso na universidade. Muitas universidades e faculdades já têm formas alternativas de ingresso. Isto, além de estar de acordo com a legislação, é o que queremos. Precisamos reforçar e instrumentalizar esse movimento e, quanto a isto, estamos trabalhando, com o INEP, na realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, que nesse ano de 98, teve uma dimensão quantitativa ainda pequena, mas foi um grande êxito qualitativo. Na verdade, o Exame Nacional do Ensino Médio, que deverá se tornar um dos procedimentos para o ingresso na universidade, tem também uma importante função de melhoria da qualidade do ensino médio, já que fornecerá pautas nacionais para os conteúdos programáticos das escolas de ensino médio. Portanto, temos que cuidar de melhorar, flexibilizar o acesso ao ensino superior.

À flexibilidade no acesso deve corresponder uma flexibilização da oferta curricular e das estruturas do ensino superior. Isto implica a revisão dos antigos currículos mínimos, substituindo-os por diretrizes curriculares mais gerais, preferentemente definidas por áreas do conhecimento e não por cursos. Dessa forma se quebra a rigidez da estrutura curricular por carreiras, possibilitando o trânsito do aluno entre as diferentes disciplinas e de uma para outra carreira. Esta tarefa já está em pleno andamento no âmbito da Secretaria de Educação Superior.

Do ponto de vista estrutural, precisamos explorar mais intensamente as novas possibilidades abertas pela LDB. De um lado, a oferta de cursos seqüenciais, recentemente definidos pelo Conselho Nacional de Educação, como forma não apenas de ampliar as oportunidades de acesso, como também de diversificar a oferta, pela introdução de novas modalidades de cursos e novas formas de certificação. Por outro lado, as nossas instituições de ensino superior precisam explorar mais intensamente as possibilidades do uso das tecnologias de telecomunicação para o ensino a distância. A competência já existente no país tem sido muito pouco utilizada para essa finalidade, apesar de já contarmos com algumas experiências significativas. Estaríamos assim introduzindo no ensino superior a mesma flexibilidade a que me referi no caso do ensino técnico, implantando definitivamente a idéia de uma educação continuada, permanente e recorrente.

Finalmente, não poderia deixar de mencionar o importante desafio que temos pela frente no que diz respeito ao financiamento do ensino superior, tanto

público quanto privado. É preciso repensar esta questão, considerando, mais uma vez, os interesses dos alunos mais do que os da instituição. No ensino privado isto significa, principalmente, ampliar de forma muito significativa a capacidade de atendimento do crédito educativo, mas direcionando o financiamento ao estudante e não simplesmente repassando recursos para as instituições. Por outro lado, o crédito precisa estar vinculado à critérios de desempenho escolar e de qualidade dos cursos atendidos pelos estudantes.

No setor público, especialmente no federal, a questão está estreitamente associada à implementação da autonomia das universidades. Estamos nos dedicando a uma reavaliação da estratégia para atingirmos esta meta, considerando que já existe em tramitação no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional com este objetivo. Estamos considerando a possibilidade de prescindirmos dessa emenda, uma vez que a aprovação da reforma administrativa do governo federal já avançou em alguns pontos importantes para a autonomia universitária. Uma vez alcançada a desejada autonomia e definida a possibilidade de orçamentos globais para cada instituição, podemos passar a considerar a definição das dotações orçamentárias em função de critérios objetivos que levem em conta o número de alunos, as taxas de evasão e de conclusão, o desempenho da instituição nos processos avaliativos, a pertinência e relevância dos projetos de pesquisa e assim por diante.

Creio que estes são os principais pontos que devem merecer a nossa reflexão e o nosso empenho para a definição da nossa ação nos próximos anos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)